TAL PAI, TAL FILHO OU A (RE)CRIAÇÃO DE UMA NOVA HISTÓRIA — BREVE REFLEXÃO SOBRE PARENTALIDADE E PSICANÁLISE

Margarida Bilreiro¹

Siddhartha lembrou-se de súbito de uma coisa que Kamala lhe dissera havia muito tempo: "não podes amar" — dissera-lhe ela e ele concordara [...] Era verdade que nunca se perdera noutra pessoa a tal ponto que se esquecesse de si próprio, que nunca sofrera os desatinos do amor por outra pessoa. Nunca fora capaz disso e então parecera-lhe ser essa a grande diferença entre ele e a gente comum. Mas agora, desde que tinha o filho consigo, tornara-se, através da mágoa e do amor, exactamente uma dessas pessoas comuns. Amava loucamente, o amor transformava-o em idiota. Tardiamente, e pela primeira vez na vida, também conhecia a mais forte e a mais estranha das paixões que o fazia sofrer tremendamente, mas que ao mesmo tempo não sabia como, o elevava, o renovava e tornava mais rico.

(Em *Siddhartha*, Herman Hesse)

Vivemos na era da tirania da eficácia parental. A cultura contemporânea impõe-se e «exige» aos pais que eduquem os filhos de acordo com as «melhores práticas»; fala-se de competências parentais, subjugando-se os afetos a uma lógica de produtividade. Às crianças, pede-se que sejam bem-comportadas, tenham sucesso escolar, sejam dotadas de valores morais que encaixem nas crenças adultas, que tenham ideias definidas quanto ao futuro e, sobretudo, que sejam

¹ Psicóloga Clínica, Psicanalista. Membro Associado da Sociedade Portuguesa de Psicanálise (SPP) e da Associação Internacional de Psicanálise (IPA). *E-mail*: mbilreiro@gmail.com

felizes. Diabolizam-se ecrãs, redes sociais e jogos virtuais, a violência nos desenhos animados e a sociedade de consumo. O insucesso dos filhos é visto, e principalmente sentido, como uma falha narcísica dos pais. A fragilização das funções parentais evidenciada pela dificuldade em impor limites aos desejos e pulsões dos filhos, em os frustrar e em colocar a diferenciação de gerações, dificulta o acesso ao simbólico e consequentemente impacta o desenvolvimento do Eu. Um édipo renegado leva a um narcisismo triunfante e consequentemente a uma humanidade sem interdito, fascinada pelo poder da sua imagem, transformando a família contemporânea numa rede fraterna sem hierarquia ou autoridade (Roudinesco 2003).

A parentalidade começa na infância dos próprios pais. É uma construção e um processo que entrelaçam, para lá dos aspetos biológicos, aspetos conscientes e inconscientes que se inscrevem numa história prévia, que atravessa a subjetividade de cada um e se instala num contexto histórico e social. A história de cada criança inicia-se na história individual de cada um dos pais; o desejo de ter um filho reativa inevitavelmente as fantasias da sua própria infância e o tipo de cuidado parental que tiveram. Para Stern (1997), as representações parentais sobre o bebé iniciam-se muito antes do seu nascimento, não se podendo restringir a parentalidade à gestação e ao nascimento de um filho, uma vez que as identificações feitas na infância são determinantes e influenciam a forma e a vivência da parentalidade. Freud, em 1914, no texto sobre Narcisismo, sugere que o amor parental nada mais é do que um retorno e reprodução do narcisismo dos pais, que, através da valorização afetiva da criança, procuram resgatar o seu próprio narcisismo infantil perdido. Refere ainda que a criança ocupa no psiquismo parental uma função reparadora, sendo vista como a possibilidade de suturar as feridas narcísicas dos seus próprios pais. Desta forma, torna-se impossível dissociar os aspetos narcísicos de cada um dos pais e as fantasias sobre as suas relações objetais primárias do exercício da parentalidade. Lebovici (1987) confere que os conflitos infantis dos pais determinam a natureza das identificações na criança e se traduzem em sintomas apresentados pelo bebé. A história infantil dos pais, os seus conflitos inconscientes, a relação com os seus próprios pais estão inequivocamente presentes na sua representação sobre parentalidade.

Talvez não se fale o suficiente da infância. Ou, então, talvez se fale demasiado, deixando, porém, em ângulo morto alguns aspetos essenciais. A infância não tem fim, acompanha-nos a vida inteira; e a impossibilidade de reconciliar o adulto com a sua infância cria equívocos. No entanto, é o abandono da omnipotência infantil e a elaboração dos aspetos narcísicos dos pais que permitem a vivência de uma parentalidade que confere à criança a criação de um espaço psíquico e de vínculos seguros a partir de figuras de identificação «suficientemente boas».

Citando João dos Santos (2007), «pessoas capazes de amor são aquelas que foram crianças ou se reconciliaram com a criança que foram. Se amas a criança que em ti existe, então podes amar as crianças, podes fazer um filho. Se a rejeitaste ou se com ela és irreconciliável [...] Não faças filhos, não te ocupes dos filhos dos outros».

Falar de parentalidade faz-me revisitar Siddhartha, livro de Herman Hesse, publicado pela primeira vez em 1922, e que conta a história de um jovem, filho de Brâmanes, que abandona o lar familiar, contra a vontade do pai, à procura de verdades desprendidas de formalismos vazios. Percebe que não poderia nunca encontrar a verdade da vida, anulando uma parte dela e do seu próprio corpo. Experimenta o prazer, a extrema austeridade, a inveja e a ânsia de poder, sempre em busca da perfeição e do sentido profundo da vida. Inicia uma viagem começando pelo conhecimento do mundo externo para, depois, conhecer o seu mundo interno. Quando conhece seu filho, já com onze anos, a imagem do homem sábio, que até ali julgava ter-se tornado, cai por terra. Assiste à morte de Kamala, a mãe do seu filho, e vendo-o prostrado num pranto perante a morte da mãe:

«Siddhartha sentou-o nos seus joelhos, deixou-o chorar e afagou-lhe o cabelo. Vendo o rosto do garoto recordou-se de uma prece Brâmane que aprendera quando também era pequeno. Lentamente, e em voz cantante, começou a recitá-la. As palavras acudiam-lhe à memória, vindas do seu passado distante, da sua infância» (Hesse, 1982).

A descoberta de um filho faz Siddharta alterar o seu olhar sobre o mundo e sobre si próprio, ele que se achava dispensado de se entregar à vulnerabilidade do amor. Descobre através do abandono da

omnipotência infantil que é afinal uma pessoa comum. Tenta a todo o custo aproximar-se do filho, que o renega e lhe desobedece, fazendo-o revisitar a sua própria história e o pai que também ele abandonara. Sente a tentação do restauro narcísico da sua história e do seu mundo infantil, imaginando através deste filho ideal a possibilidade de lhe transmitir a sua sabedoria. Com grande sofrimento, percebe que o destino do filho não se encontra nas suas mãos.

Aos pais, cabe o interessante desafio do investimento libidinal nos filhos, não como prolongamento ou compensação narcísica, mas, antes, abdicando do reinvestimento narcísico em si próprio, permitindo à criança não a repetição, mas a possibilidade de um vínculo seguro que permita a criação de uma nova história.

BIBLIOGRAFIA

Freud, S. (1914). Sobre o Narcisismo: uma introdução. Em Edição standard Brasileira das Obras Psicológicas Completas de Sigmund Freud, volume 14 (pp. 75–91). Imago.

Hesse, H. (1982). Siddharta. Minerva.

Lebovici, S. (1987). O bebé, a mãe e o psicanalista. Artes Médicas.

Roudinesco, E. (2003). A família em desordem. Jorge Zahar.

Santos, João dos (2007). Ensinaram-me a ler o Mundo à minha volta. Assírio & Alvim.

Stern, D. (1997). A Constelação da Maternidade: O Panorama da Psicoterapia Pais/Bebê. Artes Médicas.